



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS PIO IX
CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

MAHÉLIA THAÍZA DE SOUSA

DIFICULDADES E DESAFIOS DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E
INCLUSIVA

PIO IX-PI

2023

MAHÉLIA THAÍZA DE SOUSA

DIFICULDADES E DESAFIOS DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E
INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do certificado do Curso de Especialização em
Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí,
Campus PIO IX.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Antônio Rodrigues

PIO IX-PI

2023

MAHÉLIA THAÍZA DE SOUSA

DIFICULDADES E DESAFIOS DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E
INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do certificado do Curso de Especialização em
Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí,
Campus PIO IX.

Aprovada em: 08/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Miguel Antônio Rodrigues
Orientador e Presidente da Banca - IFPI

Prof(a). Leidiane Magalhães de Araújo Barros
Membro Avaliador - IFPI

Prof(a). Rosane Carvalho Leite
Membro Avaliador - IFPI

DIFICULDADES E DESAFIOS DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Mahélia Thaíza de Sousa¹
Miguel Antonio Rodrigues²

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar como acontece o processo de capacitação dos docentes no âmbito da educação especial e inclusiva, bem como as dificuldades e desafios enfrentados por os mesmos. Nele, foram descritas as políticas públicas de inclusão escolar; bem como alternativas na formação inclusiva para os docentes despreparados. A partir de uma revisão bibliográfica, pudemos esperar que tais políticas projetem novas práticas docentes. Pretendeu-se perceber as necessidades educacionais específicas dos discentes, maleabilizando didáticas para atender tais especificidades; apontando os desafios e dificuldades mais enfrentados pelos docentes na inserção da educação inclusiva. Mediante todo o levantamento e análise dos dados aqui apresentados, conclui-se que existe a necessidade de o docente conhecer os tipos de deficiências, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades e seus conceitos, características e possibilidades de trabalho pedagógico. Tais conhecimentos são de grande valor, no entanto, é necessário que seja considerado a dimensão do sujeito que apresenta essas diferenças dentro do ambiente escolar, que deve ser, antes de tudo, um ambiente de formação social.

Palavras-chaves: Educação Especial; Docentes; Inclusão Escolar.

ABSTRACT

The present work aimed to analyze how the process of training teachers within the scope of special and inclusive education takes place, as well as the difficulties and challenges faced by them. In it, public policies for school inclusion were described; as well as alternatives in inclusive training for unprepared teachers. From a literature review, we could expect that such policies project new teaching practices. The aim was to understand the specific educational needs of students, adapting teaching methods to meet these specificities; pointing out the challenges and difficulties most faced by teachers in the insertion of inclusive education. Through the entire survey and analysis of the data presented here, it is concluded that there is a need for teachers to know the types of disabilities, developmental disorders, high abilities and their concepts, characteristics and possibilities for pedagogical work. Such knowledge is of great value, however, it is necessary to consider the dimension of the subject who presents these differences within the school environment, which must be, above all, an environment of social formation.

Keywords: Special Education; Teachers; School Inclusion

¹ Licenciada em Letras/ Português e Educação Física – UESPI. Bacharel em Educação Física – UniBTA. Especialista em Metodologia do Ensino Fundamental, Médio e Superior - Faculdade Kurios. Acadêmica do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva. Instituto Federal do Piauí – IFPI. E-mail: maheliafnt@hotmail.com.

² Pós-doutor em Educação – USP. Professor do Instituto Federal do Piauí. Email: miguel.rodrigues@ifpi.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Incontáveis são os desafios e dificuldades encontrados na inserção da política de educação inclusiva no nosso país, todavia o despreparo dos docentes se sobressai. Com o ingresso de pessoas com deficiência, TEA e altas habilidades e/ou superdotação nas escolas, uma gama de professores acabam se mostrando insuficientes no acolhimento desse alunado, em especial, trabalhar com propostas que atendessem às necessidades individuais. Identificar tais dificuldades na formação docente para a educação inclusiva é o ponto de partida para a construção de experiências exitosas para uma educação de qualidade.

A educação especial é uma modalidade de ensino que busca o desenvolvimento e aprimoramento de estratégias pedagógicas voltadas para os discentes com necessidades especiais. Assim, é notório que existe um despreparo dos docentes, assim como de toda a comunidade escolar. Tal despreparo é sem dúvida o maior desafio enfrentado na inserção da educação inclusiva no nosso país. Muitos professores têm se mostrado insuficientes e despreparados para atender tais especificidades, seja no acolhimento ou até mesmo nas práticas pedagógicas voltadas às particularidades deste público-alvo.

O presente artigo científico tem como objetivo principal analisar como acontece o processo de capacitação dos docentes no âmbito da educação especial e inclusiva, bem como as dificuldades e desafios enfrentados por estes profissionais. Como objetivos específicos, o estudo sustenta-se em: a) descrever as políticas públicas de inclusão escolar; b) buscar alternativas na formação inclusiva para os docentes que se sentem despreparados; c) perceber as necessidades educacionais específicas dos discentes, maleabilizando didáticas para atender tais especificidades e d) apontar os desafios e dificuldades mais enfrentados pelos docentes na inserção da educação inclusiva.

Diante da situação apresentada, o presente artigo vem corroborar o apelo dos professores que se sentem despreparados e desamparados no atendimento dos educandos com deficiência, buscando alternativas na formação inclusiva. Todavia, falar de informação, mas não de formação. Aranha (2000, p. 08) aponta a necessidade de se capacitar os professores, no sentido de se prover suporte técnico, didático e pedagógico, argumentando que “só assim se obterá um fazer apoiado no saber e uma construção de conhecimentos originados no fazer”.

É importante salientar que a formação dos professores especializados deve acontecer em cursos específicos. Tais profissionais também devem apoiar os educadores das escolas regulares que tiverem alunos com essas particularidades em suas salas de aula.

O artigo aqui apresentado está dividido da seguinte forma: Introdução, apontando a contextualização do assunto, além da problematização a qual serviu de impulso para a sua execução, objetivos, distribuídos em geral e específicos e justificativa. Seguindo uma ordem gradativa, a segunda parte traz os Procedimentos Metodológicos, que trata da parte que exemplifica como a pesquisa foi realizada, quais métodos foram utilizados, qual o público-alvo é de interesse para o estudo, que tipo de pesquisa foi feita e instrumentos utilizados para a coleta dos dados apresentados e discutidos. Para embasamento teórico do artigo, a parte três traz a discussão acerca da temática proposta, trazendo alguns autores de pesquisas relacionadas ao tema que mantêm uma relação afim com as ideias defendidas, ou seja, que possuem uma visão crítica semelhante. Nesta seção, o estudo está dividido em três subtítulos abordando detalhadamente sobre inclusão, educação básica, desafio docente frente à educação inclusiva, entre outras questões relevantes. Por fim, o estudo conclui com as considerações finais da pesquisa realizada mostrando os resultados alcançados, garantindo satisfação e deixando abertura para futuros estudos com a mesma temática.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Biderman (1998) conceitua metodologia como o estudo de métodos utilizados ao se ensinar uma ciência ou uma arte, conjunto de métodos empregados em uma atividade. O presente estudo foi elaborado por meio de levantamentos bibliográficos e voltado à temática da Educação Especial e Formação de Docentes.

A pesquisa bibliográfica, tal como esclarece Boccato (2006, p. 266), tem como um de seus focos a “[...] resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas”. Esse tipo de pesquisa, para a autora, “[...] trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica”.

Em seus estudos, Lakatos e Marconi (2003, p. 183) esclarecem que a pesquisa bibliográfica tem como finalidade “[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”.

Para as autoras, esse tipo de não se configura como uma mera repetição ou cópia do que já foi escrito ou dito sobre determinado assunto, mas tem o caráter de propiciar o exame de um determinado tema sob outra ótica, outro enfoque ou abordagem.

2.1 MODALIDADE DE PESQUISA

A abordagem do estudo é inteiramente qualitativa. Por se tratar de uma pesquisa subjetiva, a partir da releitura, foram observadas e consideradas novas descobertas a partir do que já foi elaborado e produzido no decorrer da pesquisa. Esse tipo de pesquisa impulsiona e amadurece a aprendizagem.

2.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

As informações foram reunidas e captadas por meio da leitura de alguns livros, revistas, periódicos e artigos nas bases do Portal de Periódicos da CAPES, Scielo e Google Acadêmico; bem como pesquisas documentais em artigos, leis e resoluções nos sites governamentais do Ministério da Educação (MEC), são eles: Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB), Plano Nacional da Educação (PNE) e Secretaria de Educação Especial (SEESP).

A base de dados, conforme o pensamento de Albrecht e Ohira, (2000, p. 133), tem o objetivo de:

[...] fornece informação atualizada (recursos estruturais), precisa e confiável (não dar a informação pela metade) e de acordo com a demanda (oferecer o que o usuário necessita). Além disso, um requisito essencial para uma base de dados “[...] é não somente a armazenagem eficiente de dados, mas também o fornecimento de mecanismos eficientes de recuperação (Albrecht; Ohira, 2000, p. 134).

Bases de dados são definidas, conforme Pizanni *et al.* (2012, p. 58), como “[...] os suportes informacionais compostos de artigos e trabalhos científicos, elaborados por organizações especializadas, nas diversas áreas do conhecimento”. Essas pesquisas ocorrem comumente nos sites de busca da Internet. É de suma importância observar que as bases de dados devem ter credibilidade científica.

Logo, segundo os autores, as bases de dados dispõem em um único site informações importantes sobre milhares de publicações científicas, agilizando o processo de acesso ao

conhecimento por parte do pesquisador. Tais publicações passam por criteriosos processos de seleção, são confiáveis e apresentam a devida qualidade e originalidade.

Ainda, como critérios de seleção foram buscados publicações e trabalhos, avaliados em meio acadêmico, nos últimos cinco anos. Essa modalidade de pesquisa é adotada, praticamente, em qualquer tipo de trabalho acadêmico científico, uma vez que possibilita ao pesquisador ter acesso ao conhecimento já produzido sobre determinado assunto.

Para o meu estudo, enumerei aqui grandes e notáveis teóricos como o psicólogo Lev Vygotsky (2002) e o pedagogo Paulo Freire (2020); que serviram de embasamento para esta pesquisa bibliográfica; e estudiosos que em suas abordagens tratam da educação inclusiva, os renomados Fábio Aranha (2008), Maria de Fátima Minetto (2008), Maria Teresa Mantoan (2003), Ana Maria Martins de Souza (2004) e Vitor Paro (1988); este último retrata sobre a gestão escolar democrática.

Outros autores, com publicações e estudos mais recentes sobre: 1) necessidades educacionais do indivíduo com deficiência - Batista e Lopes (2021); 2) novo cenário na formação de profissionais da educação, em especial os docentes - Ribeiro (2020); 3) políticas públicas de acesso e financiamento da Educação Especial - Do Carmo (2019); 4) processo de inclusão, componentes primordiais e suportes necessários - Macena, Justino e Capellini (2018); Oliveira (2018) e, Martins e Leite (2014).

Das obras teóricas já publicadas, foram extraídas as informações necessárias, oferecendo assim, respostas aos problemas de estudo estabelecidos pela investigação.

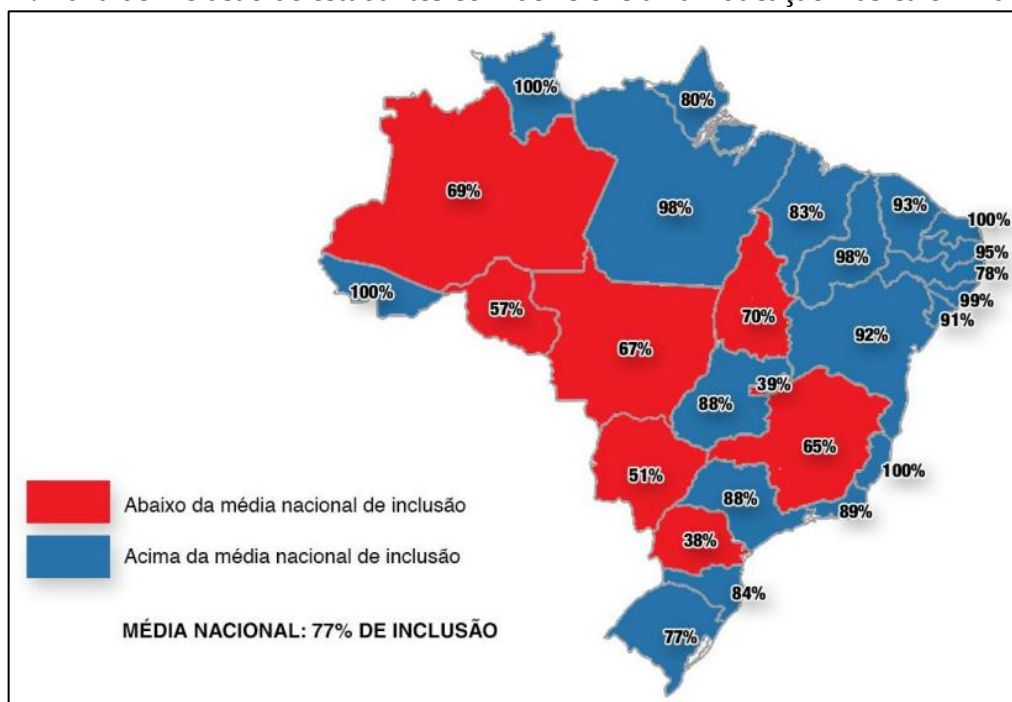
Após leitura de todo o material, foram organizados os assuntos mais pertinentes da pesquisa: Políticas Públicas voltadas para a Educação Especial, Inclusão Escolar, a Ação Docente na Educação Inclusiva, o Papel do Professor na Educação Especial, Desafios e Dificuldades mais enfrentadas pelo Docente na Educação Especial, Necessidades Educacionais, entre outros; temáticas estas que estão relacionadas ao objetivo da pesquisa.

3 INCLUSÃO ESCOLAR, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

O sistema educacional brasileiro apresenta desde seu início falhas significativas. Desde as últimas décadas do século XX, as políticas educacionais se direcionaram aos moldes da inclusão escolar, e com projeções de novas práticas docentes. Durante o processo de implantação da política de educação inclusiva são incontáveis os desafios e dificuldades encontrados, sendo o despreparo dos docentes um dos que merece uma maior preocupação.

As políticas de inclusão já existentes ainda se tornam insatisfatórias no que diz respeito a sua efetivação nas escolas públicas, onde existe uma maior demanda de estudantes em situação, muitas vezes, vulnerável. Abaixo, destaca-se o quadro da taxa de inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar da Educação Básica em 2014.

Figura 1: Taxa de inclusão de estudantes com deficiência na Educação Básica em 2014.



Fonte: Ministério da Educação. Principais Indicadores da Educação de Pessoas com Deficiência. Censo MEC/INEP.

A figura 1 detalha a distribuição em todo o território brasileiro acerca da média de escolas inclusivas na etapa da Educação Básica. Os dados apresentam que na esfera nacional consta-se 77% para a existência de escolas inclusivas, o que pode ser considerado até o presente momento como algo vantajoso, mas que ainda necessita de mais avanços e pesquisas a fim de se garantir uma educação inclusiva mais eficaz.

Tendo em vista que, com o ingresso de pessoas com deficiência (PcD) nas escolas, a maioria dos professores passaram a se julgar incapazes e até mesmo despreparados para atender e acolher esse alunado, bem como trabalhar com propostas que atendam essas especificidades.

Tais dificuldades devem ser reconhecidas ao tempo em que deve se buscar construir experiências positivas, priorizando uma educação de qualidade. Inclusão escolar é, portanto, estimular a colaboração e participação de toda a comunidade escolar, ou seja, professores e profissionais que atuam na escola, alunos e os pais ou responsáveis.

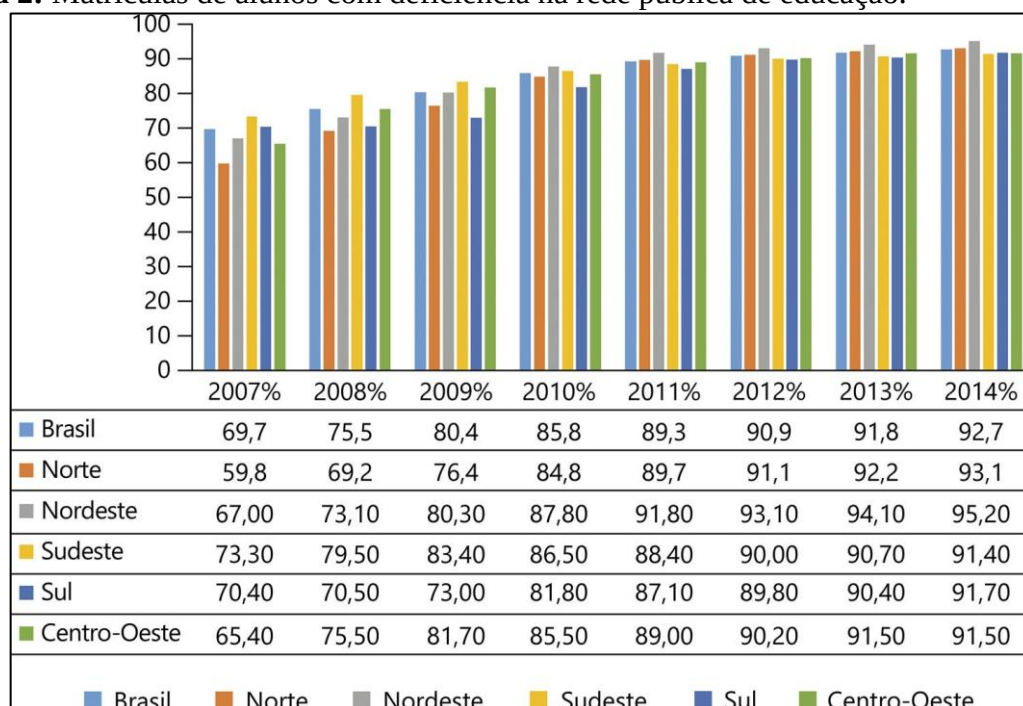
Ao longo de todos esses anos aconteceram inúmeras modificações na legislação educacional que viabilizaram e garantiram o direito à educação para todos, e ainda assim a educação inclusiva é desafiadora.

O processo de inclusão pode ser considerado uma conquista às pessoas com deficiências. Por sua vez, a escola e o professor se envolvem componentes primordiais para a inclusão. Existe dentro deste contexto inclusivo:

[...] a capacidade de a educação inclusiva produzir uma nova forma de convivência dentro dos ambientes escolares, vislumbramos esta, como uma oportunidade de consolidação de um novo modelo de trocas, que se torna inclusiva por abranger a diversidade dos sujeitos, em fase escolar, por envolver todos os atores da equipe e por ter, entre os seus princípios, a não discriminação (Macena; Justino; Capellini, 2018, p. 5-6).

Dessa forma, é imprescindível que a educação acolha todos de forma justa a partir das suas particularidades. Vejamos abaixo a distribuição de escolas inclusivas por região com relação à quantidade de matrículas institucionais realizadas em classes comuns da educação pública entre anos de 2007 a 2014.

Figura 2: Matrículas de alunos com deficiência na rede pública de educação.

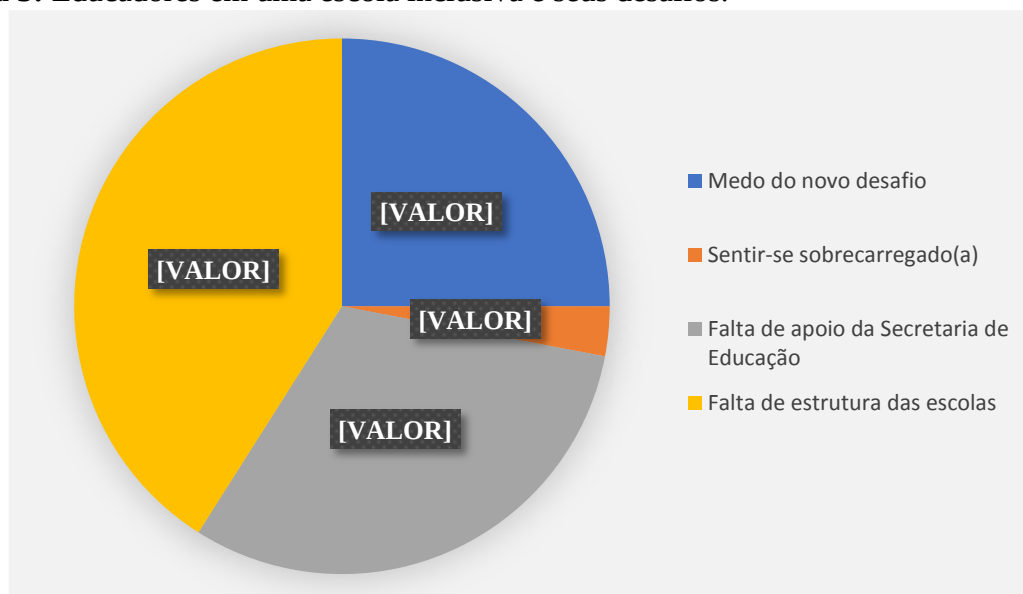


Fonte: Ministério da Educação. Principais Indicadores da Educação de Pessoas com Deficiência. Censo MEC/INEP.

A figura 2 aponta que os dados apresentados indicam que no ano de 2014 existia 698.768 estudantes da educação especial matriculados em classes comuns, desse total 92,7% estão em classes comuns da rede pública, o que corresponde a 655.375 alunos. Verifica-se que houve um aumento de matrículas em todas as regiões brasileira, destacando-se a região Nordeste, que apresenta um percentual significativo de crescimento na maior parte no decorrer do tempo. Ressalta-se, ainda, o destaque para o aumento de nascimento de PcD, uma vez que vem ocorrendo o crescimento no âmbito escolar. Para tanto, é preciso destacar os desafios que ainda são persistentes quanto à inclusão em escolas da rede pública. Os docentes enfrentam diariamente desafios na prática, como nos mostra o estudo de Miriam Paulo da Silva Oliveira, publicado em revista no ano de 2018, cujo tema é *Educação inclusiva: um desafio para a família, escola e educadores*, do qual é mostrando alguns pontos, de acordo com o ponto de vista de educadores entrevistados, quais são esses desafios enfrentados.

A Educação Inclusiva, segundo Martins e Leite (2014, p. 198): “tem como pressuposto básico reconhecimento do direito de todos a uma educação justa, igualitária e que atenda às necessidades educacionais especiais de cada indivíduo, que os levem ao desenvolvimento acadêmico e emancipação social.” Os autores complementam a necessidade de “considerar os suportes necessários à sua implantação, como, no caso, a rede de apoio, que deve ser pensada como um complemento escolar, não substituindo o processo pedagógico desenvolvido no ensino comum”.

Figura 3: Educadores em uma escola inclusiva e seus desafios.



Autor: Miriam Paulo da Silva Oliveira, 2018.

A figura 3 apresenta um dos resultados alcançados do estudo de Miriam Paulo da Silva Oliveira, sobre os desafios de educadores frente à educação inclusiva. Em seu estudo, segundo a figura acima, um dos maiores desafios para os educadores diz respeito à falta de estrutura das escolas para receber esse público em questão. Neste sentido, compreende-se que há uma necessidade de maior atenção à estrutura física das escolas para receber esses alunos com maior cuidado e atenção. Seguindo essa questão, a falta de apoio da Secretaria de Educação para o ambiente escolar e com o educador, também se mostra como um grande desafio. Existe, portanto, uma necessidade de um olhar mais cuidadoso para com essa questão, uma vez que, reafirmando, a educação é direito de todos.

Para Batista e Lopes (2021), a escola precisa entender atender e suprir as necessidades educacionais do indivíduo com deficiência e garantir um direito legal, pois a inclusão é um fator de suma importância para transformar a sociedade mais democrática e com a participação de todos.

Por esse motivo, transformações para atender esses educandos e promover a inclusão precisam ser repensadas; e a exclusão, assim como o próprio nome indica, deve ser extinta do ambiente escolar. A escola é vista como ambiente propício para o desenvolvimento e articulação de saberes variados, entre eles, independência e conhecimento, assim como para o convívio social e afetivo.

De acordo com Vygotsky (2002), a formação da consciência e do desenvolvimento cognitivo ocorre do plano social para o individual, seguindo um processo de apropriação, não de forma mecânica, mas impregnado pela ação do outro e do sujeito, num movimento dialético. Esse processo de apropriação possibilita a construção de conhecimento e da cultura e implica uma atividade mental perpassada pelo domínio de instrumentos de mediação do homem com o mundo. Entre esses elementos mediadores encontra-se a linguagem. “[...] o pensamento e a linguagem só a chave para a construção da natureza da consciência humana” (Vygotsky, 2002, p. 61).

Permitir uma transformação social e articular conhecimento, valorizando e respeitando as diferenças se torna uma premissa da escola, assim como na educação inclusiva, a inserção de todos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p. 5), aborda que:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2008, p. 5).

No âmbito escolar, a educação inclusiva veio corroborar com a diversidade, promover desenvolvimento de todos e romper com a exclusão. Incluir é oportunizar na sua totalidade a aprendizagem. Além disso, a escola inclusiva se dispõe a não só receber as crianças com deficiência, mas garantir a elas o direito à educação, direito garantido pela constituição brasileira.

Existe uma grande preocupação na formação integral da PCD, que perpassa a apreensão de conteúdos e habilidades básicas. Torna-se cada vez maior a presença de alunos com deficiência nas instituições educacionais de ensino.

A resolução CNE /CEB nº 2 2001 em seu artigo 2, dispõe que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Vale ressaltar que a legislação está voltada para que aconteça a igualdade de condições e o acesso à escola. Dessa forma, a inclusão está conquistando espaços e superando barreiras no que se refere à desigualdade e oportunidade.

Mantoan (2003, p. 23) pontua que a escola comum é a ambiente mais adequada para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral.

Neste sentido, o ambiente escolar deve ser visto não apenas como ambiente inclusivo, mas também como um local de apoio para esses alunos, para que cada um se desenvolva de acordo com suas dificuldades e limitações, propiciando condições favoráveis para o desenvolvimento de estímulos afetivos, sensoriais e cognitivos.

Em consonância, contemplar as políticas públicas educacionais, bem como as de formação dos docentes no levam a uma reflexão sobre possíveis afinidades e divergências na idealização de um sistema de ensino que seja capaz de atender a diversidade trazida pela inclusão escolar.

Para Do Carmo (2019), todas essas políticas públicas de acesso e financiamento da Educação Especial promoveram a consolidação de uma mudança radical nas instituições da rede regular de ensino que passaram a ser o *lócus*, principal da política de educação Inclusiva no país. O número de alunos com deficiência nessas instituições aumentou consideravelmente e a preocupação, passou a ser, além do acesso, a permanência e a qualidade dos serviços educacionais prestados a essa população. Nesse sentido, a lei nº 13.005/2014 aprovou o Plano Nacional de Educação que tem como uma das metas universalizar para a população público-alvo da Educação Especial, na faixa etária de 4 a 17 anos, além do acesso à educação básica e ao AEE, a garantia de um sistema educacional inclusivo (Brasil, 2014).

A educação especial é uma modalidade de ensino que busca o desenvolvimento de estratégias pedagógicas voltadas para os discentes com necessidades educacionais especiais. A inclusão destes, em classes comuns, exige que a escola se organize e ofereça possibilidades efetivas de aprendizagem. Neste aspecto, é fundamental uma formação de professores que

contemple os métodos e práticas pedagógicas que contribuam no desenvolvimento desses alunos.

3.1 O DOCENTE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Muitas alterações devem ser feitas para que o sistema educacional seja pertinente e inclusivo, para assim garantir a apropriação do conhecimento escolar pelos alunos com deficiência. Por sua vez, a valorização e formação dos professores são questões fundamentais para se alcançar tais objetivos.

O professor tem papel crucial na inclusão escolar, pois possui a responsabilidade de mediar, articular e gerenciar o processo de ensino-aprendizagem. Através da sua didática, o professor é capaz de cumprir metas, compreender seu papel na educação, conhecer a realidade de seus alunos, identificar as necessidades de desenvolvimento do seu educando, acolher as diferenças, perceber os interesses, criar e fortalecer vínculos, mediar e articular o conhecimento, por fim, envolver-se no processo de ensino e aprendizagem.

Sendo assim, a participação do docente vai muito além do ato de ministrar conteúdo. Ele conecta aluno, escola e sociedade.

Para Souza (2004, p. 56) o mediador é capaz de enriquecer a interação do mediado com seu ambiente, utilizando ingredientes que não pertencem aos estímulos imediatos, mas que preparam a estrutura cognitiva desse mediado para ir além dos estímulos recebidos, transcendendo-os. Logo, se faz necessário que a capacidade de cada aluno seja estimulada, aflorada e estruturada a partir da mediação do professor.

Para que de fato a educação inclusiva aconteça depende bastante do olhar que enxergue o aluno, assim, poderá perceber as suas necessidades e limitações, de acordo com suas singularidades. No seu olhar atencioso, o docente consegue identificar possíveis complexidades do aluno a tempo em que acompanha e promove conhecimento. As práticas educativas são essenciais para o processo de aprendizagem, uma vez que se faz necessário pensar em estratégias que assegurem aos alunos a aquisição de conhecimento.

Assim, é preciso que o professor renove, modifique e diversifique suas práticas, buscando técnicas e ações que beneficie à aprendizagem de todos, conforme suas características, visto que nem todos os alunos aprendem da mesma forma e seguindo os mesmos critérios de desenvolvimento.

3.2 DESAFIOS E DIFICULDADES ENFRENTADOS PELOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na Educação Inclusiva, planejar a rotina pedagógica, dominar as tecnologias assistidas, elaborar atividades adaptadas, definir objetivos e estratégias específicas para o trabalho com a criança e apoio pedagógicos, são recursos bastante pertinentes que auxiliam as ações pedagógicas.

Conforme Minetto (2008, p. 101):

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo às coisas poderiam ter sido melhores. E preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto "todos" os alunos estão se beneficiando das ações educativas.

Com isso, o docente deve ser responsável por direcionar o processo educativo e assim desenvolver percursos para que o aluno adquira conhecimento. Portanto, deve estudar explorar e buscar novas estratégias; e, ainda, saber de quais ferramentas e recursos disponibiliza para modificar situações incomuns e conflitantes.

O professor deve estar disponível em reavaliar e aprimorar suas práticas educacionais, uma vez que a disposição em mudar e procurar melhorias pode influenciar diretamente no desempenho de seus alunos.

Entretanto, se o professor se sentir despreparado para exercer as funções a ele desempenhadas - como também em identificar suas próprias dificuldades em desempenhar um trabalho inclusivo em sala de aula - deverá buscar novos conhecimentos para melhorar suas práticas.

Freire (2020, p. 40) afirma que:

O que se precisa é possibilitar, que se voltando sobre a si mesma, através da reflexão sobre a prática. [...] Por isso, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. E pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática (Freire, 2020, p. 40).

Com novas informações e preparação, haverá novas maneiras em pensar e agir para assim, atender as demandas exigidas em sua atuação profissional.

Segundo Paro (1988, p. 258) os gestores, pesquisadores e professores são consoantes com as formas convencionais de se formar professores em nosso país. São realizados nos níveis de ensino médio e superior, e ainda assim, não conseguem preparar o professor com a qualidade que se exige hoje desse profissional.

A instrução dos professores da educação básica ainda é frágil, mesmo com tantos investimentos na área. Faz-se necessário desenvolver competências e habilidades favoráveis ao desenvolvimento de uma prática pedagógica que possibilite a aprendizagem.

Para Ribeiro (2020), algumas mudanças no novo cenário da formação de professores foram percebidas após décadas de 90, em especial através da LDB 9.394/96, algo que aponta para a urgência de um posicionamento quanto à formação dos professores como profissionais mais preparados para a educação, é uma realidade que envolve não apenas o aluno da Educação Especial.

São prementes tais mudanças, e junto a elas, uma inovação curricular. São exigidas das docentes novas competências e conhecimentos para uma efetiva atuação profissional. Há uma necessidade de se repensar, de reconstruir, de transformar as práticas educativas para a construção do saber.

O professor deve estar disponível em reavaliar e aprimorar suas práticas educacionais, uma vez que a disposição em mudar e procurar melhorias pode influenciar diretamente no desempenho de seus alunos.

Adaptar ou até mesmo mudar as práticas de ensino para a inclusão faz-se necessário. Logo, mudar as próprias concepções de ensino e aprendizagem. É preciso aceitar, conhecer e gostar de suas inovações para uma aprendizagem eficaz e sem exclusão.

O docente precisa, acima de tudo, exterminar barreiras, superar os limites, reconstruir seus saberes e oportunizar a todos no processo educacional de aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo e com base na revisão bibliográfica apresentada e discutida, foi possível constatar que as políticas públicas voltadas à inclusão escolar devem projetar novas

práticas docentes a fim de se fazer uma educação inclusiva mais efetiva e significativa. Pensar na formação de professores é de extrema necessidade para que essa inclusão ocorra de modo positivo e efetivo. Faz-se necessário suprir tais necessidades, fazendo isso, se garante a legalidade por direito das pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais. Incluir se torna um fator de transformação social.

Elaborar estratégias para tornar o ambiente propício para o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo do aluno, promover a diversidade e oportunizar na sua totalidade são premissas de toda a comunidade escolar são etapas essenciais na formação escolar de todo estudante desde as séries iniciais, independente da sua condição, pois trata-se de um direito e dever da escola e Estado. A escola, por sua vez, deve trabalhar com todo o seu suporte educacional – professores, profissionais que atuam na escola, alunado, pais e/ou responsáveis.

Uma escola inclusiva deve perseguir a aprendizagem de forma ampla e colaborativa, oferecendo oportunidades iguais para todos e estratégias diferentes para cada um. Desse modo, todos poderão desenvolver seu potencial.

É importante destacar que se espera que o professor, como um dos agentes mais importantes nesse processo de ensino e aprendizagem, e certamente o mais importante nesse processo de inclusão, cumpra o importante papel de auxiliar a eliminar as barreiras excludentes, garantindo que esses alunos tenham a mesma oportunidade de se desenvolver intelectualmente. Para isso, eles devem adquirir competências para perceber as necessidades educacionais específicas, flexibilizar a didática e atender as especificidades. Estas, por vez, não são tarefas simples. Para o docente, cursar uma disciplina que aborde questões relacionadas à educação especial e inclusiva não significa que ele possa dar conta de tamanha complexidade.

A formação dos professores deve acontecer nos cursos específicos, no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esses profissionais devem trabalhar e apoiar os docentes das escolas regulares que possuírem alunos com essas particularidades em sala de aula. Contudo, discutir casos, socializar experiências positivas na escola se torna uma ferramenta de grande ajuda para toda a comunidade escolar.

Conclui-se que existe a necessidade de o docente conhecer os tipos de deficiências, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades e seus conceitos, características e possibilidades de trabalho pedagógico. Tais conhecimentos são de grande valor; mas, é necessário que seja considerado a dimensão do sujeito que apresenta essas diferenças.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, R. F. OHIRA, M. L. B. **Bases de dados: metodologia para seleção e coleta de documentos**. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, SC, v. 5, n. 5, p.131-144, 2000.

ARANHA, M. S. F. **Inclusão Social**. In: E. J. Manzini (Org.) Educação Especial: Temas Atuais. Unesp. Marília-Publicações, 2000.

BATISTA, Thatiane Marques; LOPES, Rayssa Cyntia Baracho. A importância do professor na Educação Inclusiva. **REVISTA FACULDADE FAMEN| REFFEN| ISSN 2675-0589**, v. 2, n. 3, p. 91-103, 2021.

BIDERMAN, M. T. C. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n.2, 1998.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação.** Rev. Odontol. Univ. São Paulo, São Paulo, SP, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 28 jan. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial (SEESP).** Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação.** Resolução nº 2, CNE CEB 2001.

CARMO, Bruno Cleiton Macedo et al. Políticas públicas educacionais e formação de professores: convergências e distanciamentos na área de Educação Especial. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 1-28, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo, SP: Atlas, 2003.

MACENA, Janaina de Oliveira; JUSTINO, Laura Regina Paniagua; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. O Plano Nacional de Educação 2014-2024 e os desafios para a Educação Especial na perspectiva de uma Cultura Inclusiva. **Ensaio:** aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.26, n.101, p. 1283-1302, out. / nov. 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MARTINS, S. O.; LEITE, L. P. As contribuições da Educação Especial para promoção da educação inclusiva nas normativas brasileiras. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 4, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4758/475847269009.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva:** entendendo esse desafio. 2^a edição. Curitiba: IBPEX, 2008.

OLIVEIRA, Miriam Paulo da Silva. **Educação inclusiva:** um desafio para a família, escola e educadores.

PARO, V. **Administração escolar.** São Paulo: Cortez, 1988.

PIZZANI, L. et al. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento.** RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53-66, jul./dez, 2012.

RIBEIRO, Jose Jailton. **Educação inclusiva e os desafios para formação de docente.** Temas em Educação e Saúde, p. 84-95, 2020.

SOUZA, A. M. M. de. **A Mediação Como Princípio Educacional.** São Paulo: Senac, 2004.

VYGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.